



1º Encontro  
Ibérico de  
**Doutoramentos  
em Design**  
29 novembro  
2014

3º Encontro  
Nacional de  
**Doutoramentos  
em Design**  
Universidade  
de Aveiro

## A INCLUSIVIDADE DOS ESPAÇOS DE LAZER INFANTIL

Inês do Amaral<sup>1</sup>

M<sup>a</sup> Graça Guedes<sup>1</sup>

M<sup>a</sup> Gabriela Gama<sup>2</sup>

<sup>1</sup>2C2T, Universidade do Minho

<sup>2</sup>CECS, Universidade do Minho

*ines@2c2t.uminho.pt*

*mgg@det.uminho.pt*

*mgama@ics.uminho.pt*

### Resumo

Cada vez mais as ruas são vistas como lugares com perigos desconhecidos e com influências desagradáveis fazendo com que os adultos tenham de deixar os seus filhos brincarem nas mesmas. Neste sentido, a existência de espaços de lazer infantis torna-se cada vez mais importante.

Este trabalho tem como objetivo descrever a fase empírica inicial realizada no âmbito de um projeto de doutoramento. Procura-se fazer uma primeira observação e reflexão, não sistemática, sobre a forma como um conjunto diverso de espaços (localizados em aeroportos, hospitais, escolas, centro comerciais e espaços independentes) satisfazem ou não os sete princípios de um parque infantil inclusivo (Christensen, 2010). A observação e a análise tiveram como principal preocupação olhar atentamente as questões comunicacionais uma vez que é um ponto fulcral para a continuidade do projeto. Isto é, compreender a importância das questões comunicacionais e a inclusividade dos espaços.

Este processo foi realizado através do método observacional auxiliado por uma grelha estruturada consoante as categorias definidas por Mazzilli (2007): a afetiva, a funcional/atividades e a perceptiva/espaço visual.

### Palavras-Chave

Acessibilidade, Comunicação, Design Universal, Espaço de lazer infantil, Espaço inclusivo

## 1. Introdução

Nos dias de hoje, pode afirmar-se que vivemos numa sociedade onde impera a diversidade sendo que as crianças compõem grupos extremamente diversificados. Não só atendendo a questões de incapacidades físicas como também por se encontrarem numa fase de desenvolvimento em que cada idade tem características muito próprias (considerando ainda que nem todas têm o mesmo tempo de evolução). Tendo em consideração a diversidade de características na sociedade e o direito que todos temos de usufruir de espaços públicos, é imperativo a existência de espaços lúdicos que possam ser usufruídos por todas as crianças independentemente da sua idade ou das suas capacidades.

Atualmente, as crianças são uma parcela significativa da nossa sociedade e nem sempre são ouvidas, daí a necessidade e a pertinência de as incluir nas investigações (Alderson, 2005).

Pretende-se, com este trabalho, analisar os espaços de lazer infantis já existentes sob ponto de vista da inclusividade. Uma vez que a inclusividade contem em si a acessibilidade importa observar a acessibilidade dos espaços, quer a nível da sua estruturação, quer a nível comunicacional. Tendo em consideração os princípios dos parques infantis inclusivos estabelecidos pela *University Center for person with disabilities* importa avaliar se estes espaços respeitam, ou não, estes princípios ainda que estes sejam mais direcionados para os parques infantis exteriores.

## 2. Conceitos teóricos

Torna-se pertinente questionar sobre a importância das crianças terem o seu próprio espaço de lazer. Na linha de Hart (2002) brincar é essencial para o desenvolvimento de todos os domínios da criança: o físico, o intelectual, o social e o emocional. O mais comum é pensar-se nas condições físicas da criança e o bem que brincar lhe pode trazer mas, não menos importante é o valor que tem para o desenvolvimento da compreensão e do pensamento da criança. As crianças têm necessidade de tocar, explorar, manipular e experimentar o seu mundo de modo a conseguirem entendê-lo (Hart, 2002).

É importante que as crianças brinquem livremente com crianças de outras idades, de outras classes sociais, de outras culturas, aprendendo assim a lidar com toda a gente. O autor (2002) afirma ainda que segundo alguns estudos, comprovou-se que a amizade entre as crianças não surge dentro de um ambiente de "sala de aula" mas sim num ambiente de brincadeira.

O conhecimento que a criança faz do espaço inicia-se desde muito cedo através do seu rastejar, andar, ou seja, de todos os seus movimentos no local. Os diferentes materiais e formas com os quais a criança se depara e as relações com as outras crianças, aos poucos, construirão o seu conhecimento do espaço-ambiente. O conhecimento que a criança tem do espaço é sensorial, motor, lúdico, simbólico e relacional. Para Mazzilli (2007) não se deve separar o espaço do ambiente uma vez que estes dois não existem isolados. O espaço físico é o suporte para que existam relações fazendo com que adquira assim a condição de ambiente.

Cada vez mais, o espaço é um fator importante para a inclusão social. Não entanto, é preciso muito tempo e trabalho para se alterarem as mentalidades. Sabemos que este tipo de dimensões radicam em vetores alojados no inconsciente e subconsciente, algo do subterrâneo na mente humana não sendo fácil por isso alterá-los radicalmente.

A criação de espaços de lazer inclusivos contribui decisivamente para a inclusão uma vez que ajuda a incluir nestes espaços, crianças que antigamente não os podiam utilizar.

O facto de cada criança terem as suas especificidades, torna necessário que nestes espaços, cujo objetivo é incluir todas as crianças, a acessibilidade seja um ponto-chave a analisar. Garantir a acessibilidade nos espaços é caucionar uma melhor qualidade de vida para todos (Teles, 2009).

Para a criação de um espaço inclusivo é necessária uma arquitetura inclusiva, ou seja, um especial cuidado para a não existência de barreiras de modo a que a criança possa circular e usufruir totalmente do espaço. Deste modo, pretende-se que o espaço seja capaz de fornecer à criança o sentimento de segurança, competência, autonomia e liberdade (Bomtempo (1986) citado em Duarte & Cohen, 2006).

De acordo com o *Center for Universal Design*, para que um produto seja considerado universal tem de responder aos sete princípios do design universal. Relativamente aos espaços, uma pareceria entre a *Utah University Center for person with disabilities* e uma empresa (*Me2*) criaram os sete princípios de um parque infantil inclusivo. Neste sentido, estes espaços têm de respeitar os seguintes princípios: ser justo, ser incluído, ser inteligente, ser independente, ser seguro, ser ativo e ser confortável (Christensen, 2010).

### 3. Objetivos e metodologia utilizada

O objetivo deste trabalho procura verificar de que modo os espaços de lazer infantis podem ser considerados inclusivos debruçando-nos nos sete princípios dos parques infantis inclusivos.

Para o cumprimento deste objetivo, nesta primeira fase empírica, utilizou-se a observação como método de recolha de dados. Criou-se uma grelha para auxiliar na observação e na recolha dos mesmos parâmetros em espaços diferentes (Coutinho, 2011).

A grelha é composta por quatro categorias principais: a afetiva, a funcional/atividades e a perceptiva/espaço visual e as informações adicionais. Paralelamente aos quatro grupos principais, a grelha encontra-se dividida em doze grupos cujo objetivo é reunir diferentes áreas de modo a facilitar na observação do espaço. Estes grupos abordam algumas informações de identificação do espaço, elementos da arquitetura e design, informação sobre os objetos presentes no espaço, a comunicação, a higiene, a segurança, o conforto e por último o funcionamento do mesmo. Não existe nenhum grupo específico destinado à inclusão uma vez que este tema é transversal a quase todos os grupos.

Apesar da grelha ser composta por outros parâmetros, neste trabalho serão apenas abordados os parâmetros relativos ao tema em questão.

Foram observados 14 espaços inseridos em diferentes ambientes desde: hospitais, aeroportos, centros comerciais, escolas e espaços independentes.

### 4. Descrição e análise dos espaços

Os espaços observados, embora sejam todos espaços de lazer, destinam-se a diferentes atividades desde atividades motoras, "faz-de-conta", construção e jogos com regras.

Relativamente às faixas etárias a que se destinam nem todos são direcionados a todas as idades. Os espaços localizados nos hospitais abrangem a maior amplitude de idades (dos zero aos 18 anos) sendo que os restantes variam entre os 2/3 anos de idade mínima até aos 10/12 anos de idade máxima. Deste modo importa ter em consideração que os espaços abrangem diversas faixas etárias e por isso é necessária a adaptação de cada um às mesmas.

Importa referir que nem todos os espaços foram construídos de raiz uma vez que alguns foram adaptados em função dos espaços já existentes.

Como foi referido anteriormente a inclusividade contém em si a acessibilidade e nesse sentido é imprescindível olhar para as questões de acessibilidade nos mesmos. Para uma melhor compreensão das questões de acessibilidade na construção da grelha de observação foi consultado o Guia de Mobilidade e Acessibilidade Para Todos (Teles, 2009). Neste campo foram observadas as entradas nos espaços, os desníveis, as áreas livres nas zonas de circulação (altura livre e largura livre), a altura máxima para colocação de objetos e por último a acessibilidade na comunicação.



Figura 1: Exemplo de um espaço sem porta



Figura 2: Entrada de um espaço com barreira

Relativamente à entrada nos espaços, esta varia consoante a existência ou não uma porta como se pode observar na figura 1. Caso exista uma porta que se mantenha constantemente recolhida considera-se como "não tem porta" uma vez que não é necessário abri-la para se entrar no espaço. Deste modo, são apenas cinco os espaços sem porta. Ainda que o espaço não tenha uma porta e, por isso, haja uma barreira diminuída para algumas crianças, especialmente as que se deslocam em cadeiras de roda, importa referir que o facto de alguns destes espaços terem um obstáculo (degrau) na entrada, leva à existência de uma nova barreira como é visível na figura 2. Em relação às dimensões das portas, ou das entradas dos espaços, todos respeitam a altura e largura livre mínima. Contrariamente, nem todos respeitam o modo de abertura da porta uma vez que existem portas com os puxadores desadequados.

Em relação aos desníveis apenas dois espaços possuem dois níveis diferentes sendo que essa diferença é corretamente reparada com uma rampa com o declive adequado. Ainda de acordo com o Guia de Mobilidade e Acessibilidade Para Todos (Teles, 2009), existem certas distâncias que devem ser mantidas de modo a garantir que todos consigam circular no espaço, diminuindo assim as barreiras na deslocação da criança.

Respetivamente aos corredores (largura livre), às zonas de manobra livres e à altura livre pode afirmar-se que todos respeitam estas distâncias. É importante que a altura livre seja respeitada de modo a que as crianças não corram o risco de embater contra nenhum objeto que possa estar pendurado a uma altura muito baixa ou, como por exemplo um armário, não esteja colocado no limiar da altura da criança.

Quanto à altura máxima a que os objetos estão colocados (nos locais onde se pretende dar autonomia à criança) esta não ultrapassa os 83 cm como se pode observar na figura 3. Importa referir que nos espaços onde a variação de idades é maior pôde observar-se que os brinquedos destinados às crianças mais novas se encontravam nas prateleiras mais baixas de modo a que estas os pudessem alcançar.



Figura 3: Altura máxima das estantes

Por último, e não menos importante, observou-se a comunicação realizada nos espaços. Na maioria dos espaços, a comunicação existente remete às regras de utilização do espaço e uma vez que estão escritas subentende-se assim que estas são dirigidas aos pais das crianças e não propriamente às crianças (no âmbito do projeto interessa manter o foco



Figura 4: Código comunicacional das faixas etárias a que se destinam os jogos

nas crianças dos três aos seis anos e nestas idades ainda não sabem ler). Existem alguns espaços com informações de perigo (através do pictograma comum: o relâmpago) e informações sobre o espaço (número máximo de ocupantes, entre outros). Apenas três dos espaços analisados têm informação dirigida às crianças sendo esta, por isso constituída por elementos que podem ser perceptíveis à mesma (consoante a sua idade e a sua aprendizagem) como é possível observar na figura 4. Nenhum dos espaços visitados tem informação em braille/alto relevo/sonora de modo a que as crianças invisuais ou com baixa visão consigam perceber.

## 5. Conclusão

Tendo em consideração os sete princípios de um parque infantil inclusivo podemos concluir que:

O primeiro princípio, o de ser justo, não se aplica a todos os espaços uma vez que este defende que os jogos devem ser utilizados por todas as crianças independentemente das suas características assim como a existência de percursos acessíveis que encorajam a exploração e descoberta de todo o espaço. Apesar dos espaços terem, na sua maioria, percursos acessíveis existem ainda algumas falhas que devem ser corrigidas. O facto de existirem degraus à entrada dos espaços ou por vezes corredores demasiado apertados impossibilita a deslocação de uma cadeira de rodas autonomamente no mesmo. No entanto importa referir que um espaço para ser considerado acessível tem de ter apenas pelo menos um percurso acessível.

Consequentemente o segundo princípio, o de ser incluído, também não é respeitado por todos os espaços pois as atividades lúdicas que são realizadas nos espaços não podem ser realizadas por todos.

O terceiro princípio encontra-se diretamente relacionado com os espaços que contenham os seus jogos fixos (como o exemplo da figura 5) uma vez que aborda a inteligência do espaço. É necessário a existência de jogos que transmitam um feedback multissensorial às crianças e essa é uma das grandes lacunas dos espaços. Ainda no sentido da multisensorialidade, a lacuna mais grave existente nos espaços recai sobre o campo da comunicação. É visível que esta se encontra direcionada para os adultos havendo poucos sinais de comunicação diretamente dirigidos às crianças. O mais comum é existirem avisos com algumas regras de utilização do espaço colocados à entrada do mesmo. Importa aqui estabelecer diretamente uma comunicação com a criança de modo a haja uma maior interação espaço-criança e não espaço-adulto-criança. Avisos como alertar o que é proibido ou permitido fazer devem estar colocados no espaço (se for necessário) assim como alertar para tudo o que possa ser necessário ter-se cuidado.

Foi anteriormente referido, nos conceitos teóricos, a importância que o brincar tem para o desenvolvimento de uma criança e consequentemente a importância do espaço para o efeito. O quarto princípio, que defende a independência da criança encontra-se mais uma vez ligado à acessibilidade do espaço e, como já foi referido, nem todos os espaços são acessíveis a todas as crianças devido às barreiras físicas existentes.

Quanto à segurança do espaço (quinto princípio) todos os espaços oferecem segurança à criança tendo muitos deles cuidados como a proteção das arestas das paredes, utilização de um piso amortecedor e paredes acolchoadas como se pode observar na figura 6.



Figura 5: Jogo da memória



Figura 6: Exemplo de uma proteção da aresta da parede

O sexto princípio, o de ser ativo, relaciona-se com os primeiros princípios citados uma vez que defende que o espaço deve proporcionar à criança atividades lúdicas ao longo do seu desenvolvimento. Na maioria dos espaços existem atividades para variadas idades mas, como foi referido, essas atividades não podem ser realizadas por todas as crianças.

Por último, o sétimo princípio defende o conforto do espaço. Nos princípios originais este princípio encontra-se ligado à combinação de luz e sombra existente nos parques sendo que não é aplicável deste modo nos espaços fechados. Considerando a ambiência dos espaços visitados pode afirmar-se que este princípio é cumprido por todos os espaços.

Uma vez que a sociedade é cada vez mais pautada pela diferença é essencial criar espaços para todo o tipo de crianças de modo a que estas desde uma idade muito jovem, se habituem a conviver com pessoas que possam ser consideradas diferentes.

## **6. Referências bibliográficas**

- Alderson, P.. (2005). As crianças como pesquisadoras: os efeitos dos direitos de participação sobre a metodologia de pesquisa. *Educação & Sociedade*, vol.26 (91), 23.
- Christensen, K.M. (2010). *7 Principles of Inclusive Playground Design*. Chattanooga: PlayCore, Inc.
- Coutinho, C. P.. (2011). *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas*. Lisboa: Almedina.
- Duarte, C. R.; Cohen, R.. (2006). Proposta de metodologia de avaliação da acessibilidade aos espaços de ensino fundamental. *Anais NUTAU*, vol.12.
- Hart, R.. (2002). Containing children: some lessons on planning for play from New York City. *Environment and Urbanization* vol.14 (2), 135-148.
- Mazzilli, C. T. S.. (2007). Design de espaços lúdicos. *Anais do 4º Congresso Internacional de Pesquisa em Design*.
- Teles, P. (2009). *Guia de Mobilidade e Acessibilidade e Mobilidade para Todos*. Porto: Inova.